



# Anais da Assembléia

Nº 92

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 09 DE AGOSTO DE 1995

ANO XXI

## Mesa Diretora

**ANIBAL KHURY**  
Presidente - PTB

**LUIZ CARLOS ZUK**  
1º Vice-Presidente - PDT

**NEIVO BERALDIN**  
2º Vice-Presidente - PP

**LUIZ CARLOS MARTINS**  
1º Secretário - PDT

**NELSON GARCIA**  
2º - Secretário - PFL

**EDGARD BUENO**  
3º Secretário - PSDB

**JOÃO TECHI**  
4º Secretário - PPR

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

## Lideranças

Governo .....	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT .....	Deputado VALDIR LUIZ ROSSONI
PMDB .....	Deputado CAÍTO QUINTANA
PFL .....	Deputado ÉLIO RUSCH
PT .....	Deputado ÂNGELO VANHONI
PP .....	Deputado SÉRGIO SPADA
PPR .....	Deputado CÉSAR SELEME
PSC .....	Deputado JOCELITO CANTO
PTB .....	Deputado NELSON JUSTUS
PSDB .....	Deputado CEZAR SILVESTRI

## Representação Partidária

**PMDB** - 12: Orlando Pessuti - José D. Mattos do Amaral - Cleiton Kielse - Nereu A. de Moura - Renato G. Adur - Ricardo Chab - Caíto Quintana - José Maria Ferreira - Celso Samis da Silva - Toti Colaço - José Tavares S. Neto - Luiz Cláudio Romanelli; **PP** - 10: Albanor J. F. Gomes - Duffio Genari - Irondi Pegliesi - Geraldo Cartário Ribeiro - Antonio Annibelli - Sérgio Spada - Augustinho Zucchi - Joel G. Coimbra - Neivo Beraldin - Edson Silva Lino; **PDT** - 10: Algaci Tulio - Antonio Belinati - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz R. Accorsi Motta - Edno Guimarães - Valdir Rossoni - Milton J. Pupio - Nelson Tureck - Walmor Trentini; **PTB** - 06: Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Alves - Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Hermas Brandão; **PFL** - 06: Carlos Simões - Nelson Garcia - Reny Borsato - Élio Lino Rusch - Plauto Miró Guimarães - Basílio Zanusso; **PT** - 05: Emerson Nerone - Irineu Mário Colombo - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - Pérciles H. Mello - Angelo Vanhoni; **PSDB** - 03: Edgar Bueno - Beto Richa - Cezar Silvestri; **PPR** - 02: João T. Filho - César A. Seleme; **PSC** - 01: Jocelito Canto.

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA  
ATA DA 67ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 09 DE AGOSTO DE 1995

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Nelson Garcia e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgard Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Ângelo Vanhoni, Antônio Belinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Neroni, Irineu Colombo, Geraldo Cartário, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Marcos Alves, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Milton Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colação, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (52). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Cleiton Kielse e Edno Guimarães.

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede a leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Mensagem:

MENSAGEM Nº 052/95

Curitiba, 08.08.95

Senhor Presidente.

Em conformidade com o preceito contido no art. 53, inciso VIII, combinado com o art. 66, inciso I, da Constituição Estadual, tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser submetido à apreciação dessa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva reajustar, em 10% (dez por cento), a partir

de 1º de agosto de 1995, os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e das funções gratificadas dos servidores civis, ativos e inativos, bem como o salário do pessoal regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, da Administração Direta e das Autarquias do Poder Executivo, o soldo e as funções gratificadas dos integrantes da Polícia Militar do Estado, os níveis de vencimentos do Magistério Público Estadual de 1º e 2º Graus e a remuneração de Secretário de Estado, vigentes em março de 1995. Objetiva, ainda, reajustar, no mesmo percentual, o valor do salário-família, das pensões especiais, da gratificação de produtividade e da gratificação de regência de classe.

A medida constante do plano de lei que ora submeto à apreciação desse egrégio Poder Legislativo subordina-se, como não poderia deixar de ser, à atual situação do erário e às previsões de receita para os próximos meses, infelizmente não muito alvissareiras em razão da atual conjuntura econômica do País. Busca, também, não afrontar os mandamentos da Magna Carta e da Constituição Estadual, que impõem limitações aos gastos com a folha de pagamento dos servidores públicos. Assim, vale destacar que o percentual de reajuste proposto é o máximo que as condições financeiras e orçamentárias do Estado podem agora suportar.

Certo de que a presente proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Sala das Sessões, em 09.08.95

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e as funções gratificadas dos servidores civis, ativos e inativos, bem como os salários do pessoal regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, da Administração Direta e das Autarquias do Poder Executivo, o soldo dos integrantes da Polícia Militar, os níveis de vencimentos do Magistério Público Estadual de 1º e 2º Graus e a remuneração de Secretário de Estado, vigentes em março de 1995, ficam reajustados em 10% (dez por cento), na forma do Anexo I, desta lei.

Art. 2º - O valor do salário-família, por dependente legal, fica fixado em R\$ 1,25 (um real e vinte e cinco centavos) e o valor das pensões especiais em R\$ 141,81 (cento e quarenta e um reais e oitenta e um centavos).

Art. 3º - O valor da gratificação de produtividade fica fixado em R\$ 165,00 (cento e sessenta e cinco reais).

Art. 4º - O valor da gratificação de regência de classe de que trata o art. 10 da Lei nº 7.099, de 08 de janeiro de 1979, fica fixado em R\$ 1.57 (um real e cinquen-

ta e sete centavos).

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de agosto de 1995, ficando revogadas as disposições em contrário.

## ANEXO I

VIGÊNCIA AGOSTO/95											SEAD/DCSA
PODER EXECUTIVO - QUADRO GERAL											A010GE08
A) VENCIMENTOS BÁSICOS PARA 40 HORAS SEMANAIS											
PADRÃO	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
A	141,82	147,50	153,40	159,53	165,91	172,55	179,45	186,63	194,09	201,86	209,93
B	156,01	162,25	168,74	175,48	182,50	189,80	197,40	205,29	213,50	222,04	230,93
C	171,81	178,47	185,61	193,03	200,75	208,78	217,14	225,82	234,85	244,25	254,02
D	188,77	196,32	204,17	212,34	220,83	229,66	238,85	248,40	258,34	268,67	279,42
E	207,84	215,95	224,59	233,57	242,91	252,63	262,73	273,24	284,17	295,54	307,38
F	228,41	237,54	247,05	256,93	267,20	277,89	289,01	300,57	312,59	325,09	338,10
G	289,52	289,30	291,51	303,17	315,30	327,91	341,03	354,67	368,86	383,61	398,96
H	334,21	347,57	361,48	375,94	390,97	406,61	422,88	439,79	457,38	475,68	494,71
LM	886,22	899,67	914,06	929,42	945,79	962,22	979,76	997,42	1016,26	1035,37	1054,75
LI	678,50	703,56	731,70	760,97	791,40	823,06	855,96	890,22	925,83	962,86	1.001,38
LI	780,68	811,90	844,38	878,15	913,28	949,81	987,80	1.027,32	1.068,41	1.111,15	1.155,59
B) VENCIMENTOS BÁSICOS PARA 30 HORAS SEMANAIS											
PADRÃO	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
A	108,37	110,82	115,05	119,65	124,43	129,41	134,59	139,97	145,57	151,39	157,45
B	117,00	121,68	126,55	131,61	136,88	142,35	148,05	153,97	160,13	166,53	173,18
C	128,70	133,85	139,21	144,77	150,57	156,59	162,85	169,37	176,14	183,19	190,51
D	141,57	147,24	153,13	159,25	165,62	172,25	179,14	186,30	193,75	201,51	209,57
E	155,73	161,98	168,44	175,18	182,18	189,47	197,05	204,93	213,13	221,66	230,52
F	171,31	178,16	185,28	192,70	200,40	208,42	216,78	225,43	234,44	243,82	253,57
G	202,14	210,23	218,64	227,38	236,48	245,93	255,77	266,00	276,64	287,71	299,22
H	250,85	260,68	271,11	281,95	293,23	304,96	317,16	329,84	343,04	356,78	371,03
LM	439,86	457,25	475,54	494,56	514,34	534,92	556,31	578,57	601,71	625,78	650,81
LI	307,37	327,67	348,77	370,72	393,55	417,30	441,99	467,67	494,37	522,15	551,03
LI	585,51	608,93	633,28	658,62	684,96	712,36	740,85	770,49	801,31	833,36	866,69
C) VENCIMENTOS BÁSICOS PARA 20 HORAS SEMANAIS											
PADRÃO	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
J-II	439,86	457,25	475,54	494,56	514,34	534,92	556,31	578,57	601,71	625,78	650,81
J-III	307,37	327,67	348,77	370,72	393,55	417,30	441,99	467,67	494,37	522,15	551,03
J-I	585,51	608,93	633,28	658,62	684,96	712,36	740,85	770,49	801,31	833,36	866,69

VIGÊNCIA: AGOSTO/85		SEAD/DCSA	VIGENCIA: AGOSTO/85	SEAD/DCSA	
CARGOS EM COMISSÃO DO PODER EXECUTIVO		A10COM08	QUADRO ÚNICO DE PESSOAL - ANTIGA SISTEMÁTICA		A08QUP08
A) CARGOS DE DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIOR - DAS			NÍVEL	VALOR	
SÍMBOLO DAS-1	498,91	01	.....	33,41	
DAS-2	440,32	02	.....	34,08	
DAS-3	410,38	03	.....	34,76	
DAS-4	350,91	04	.....	35,45	
DAS-5	320,94	05	.....	36,16	
		06	.....	36,88	
		07	.....	37,62	
		08	.....	38,37	
		09	.....	39,14	
		10	.....	39,92	
		11	.....	40,72	
		12	.....	41,54	
		13	.....	42,37	
		14	.....	43,22	
		15	.....	44,08	
		16	.....	44,96	
		17	.....	45,86	
		18	.....	46,78	
		19	.....	47,71	
		20	.....	48,67	
		21	.....	49,64	
		22	.....	50,63	
		23	.....	51,65	
		24	.....	52,68	
		25	.....	53,73	
		26	.....	54,81	
		27	.....	55,90	
		28	.....	57,02	
		29	.....	58,16	
		30	.....	59,33	
B) CARGOS EM COMISSÃO					
SÍMBOLO 1-C	207,11				
2-C	191,28				
3-C	176,57				
4-C	163,10				
5-C	153,31				
6-C	144,11				
7-C	135,48				
8-C	127,34				
9-C	119,70				
10-C	112,51				
11-C	106,89				
12-C	101,54				
13-C	96,47				
14-C	91,64				
15-C	87,06				
C) FUNÇÃO GRATIFICADA					
SÍMBOLO 1-F	12,57				
2-F	10,68				
3-F	9,42				
4-F	7,55				
5-F	6,91				
6-F	5,63				
7-F	4,36				
8-F	3,77				
9-F	3,07				
10-F	2,50				

VIGÊNCIA: AGOSTO/95					SEAD/DCSA
QUADRO PRÓPRIO DO MAGISTÉRIO					A05MAG08
REFER.	A-1	B-2	C-3	D-4	E-5
1	149,63	172,08	206,49	237,47	273,09
2	157,11	180,68	216,82	249,34	286,74
3	164,97	189,72	227,66	261,81	301,08
4	173,22	199,20	239,04	274,90	316,13
5	181,88	209,16	250,99	288,64	331,94
6	190,97	219,62	263,54	303,08	348,54
7	200,52	230,60	276,72	318,23	365,96
8	210,55	242,13	290,58	334,14	384,26
9	221,08	254,24	305,09	350,85	403,47
10	232,13	266,95	320,34	368,39	423,65
11	243,74	280,30	336,36	386,81	444,83

QUADRO UNICO PROF.S/HABIL. E PROF.REGIONALISTA		
REFERÊNCIA	S/HABILIT.	REGIONAL.
1	149,63	149,63
2	157,11	157,11
3	164,97	164,97
4	173,22	173,22
5	181,88	181,88
6	190,97	190,97
7	200,52	200,52
8	210,55	210,55
9	221,08	221,08
10	232,13	232,13
11	243,74	243,74

INSTITUTO DE SAÚDE DO PARANÁ													SEAD/CCSA
VIGÊNCIA: AGOSTO/95													A13SR08
CLASSE	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11		
A	141,82	180,54	159,78	189,80	180,02	191,06	202,82	215,28	228,50	242,54	257,44		
B	159,78	189,59	180,01	191,07	202,81	215,27	228,49	242,53	257,43	273,24	290,03		
C	180,01	191,06	202,80	215,26	228,48	242,52	257,42	273,23	290,02	307,84	326,75		
D	202,79	215,25	228,48	242,51	257,41	273,22	290,01	307,83	326,74	346,81	368,12		
E	228,47	242,50	257,40	273,21	290,00	307,81	326,73	346,80	368,10	390,72	414,72		
F	257,39	273,20	289,99	307,80	326,71	346,78	368,08	390,70	414,70	440,18	467,22		
G	636,61	675,72	717,24	761,30	808,07	857,71	910,40	968,33	1026,70	1088,71	1.155,59		
GT	477,46	508,79	537,93	570,97	608,05	643,28	682,80	724,75	769,27	816,53	868,69		
GV	318,31	337,86	358,62	380,65	404,03	428,85	455,20	483,17	512,85	544,35	577,80		
GP	636,61	675,72	717,24	761,30	808,07	857,71	910,40	968,33	1025,70	1088,71	1.155,59		

TABELA DE GRATIFICAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO

CL	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
DCA-GR	1.321,61	1.221,02	1.128,17	1.042,38	963,12	889,88	822,21	759,89	701,92	648,56	599,23	553,86	511,56	472,86	438,72
GR	680,75	610,51	554,06	521,19	481,56	444,94	411,11	379,84	350,96	324,27	299,61	278,83	258,78	238,33	218,36

VIGÊNCIA: AGOSTO/95		SEAD/DCSA
PROFESSORES CELETISTAS		A06MAG08
ESPECIFICAÇÃO	TIPO DE HABILITAÇÃO	VALOR H/AULA
REGENTE DE 5a.8a. E 2o.GRAU	LICENCIATURA PLENA	3,34
	LICENCIATURA CURTA	2,53
	NÃO LICENCIADO	2,11
ESPECIFICAÇÃO	TIPO DE HABILITAÇÃO	SALÁRIO
REGENTE DE CLASSE 1a.4a.	MAGISTÉRIO 2o.GRAU	164,97

QUADRO ÚNICO - PROFESSOR ENQUADRADO	
LP - LICENCIATURA PLENA - 22 HORAS	286,01
LP - LICENCIATURA PLENA - 15 HORAS	195,01
LP - LICENCIATURA PLENA - 10 HORAS	130,01
LC - LICENCIATURA CURTA - 22 HORAS	216,27
LC - LICENCIATURA CURTA - 15 HORAS	147,45
LC - LICENCIATURA CURTA - 10 HORAS	98,31
NL - NÃO LICENCIADO - 22 HORAS	180,22
NL - NÃO LICENCIADO - 15 HORAS	122,88
NL - NÃO LICENCIADO - 10 HORAS	81,92

AULAS EXTRAORDINÁRIAS	
TIPO	VALOR
LICENCIATURA PLENA	3,34
LICENCIATURA CURTA	2,53
NÃO LICENCIADO	2,11
PROF. CLASSE "A"	1,84
PROF. CLASSE "B"	2,11
PROF. CLASSE "C"	2,53
PROF. CLASSE "D"	2,90
PROF. CLASSE "E"	3,34
PROF. S/ HABIL. - 94	1,84
PROF. REGIONALISTA - 95	1,84

VIGÊNCIA: AGOSTO/95		PESSOAL DOCENTE DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR										SEAD/DCSA					
		A12IES08										REGIME					
		T-40		T-34(1)		T-28(2)		T-24		T-20		T-12		T-10		T-09	
DESCRIÇÃO DO CARGO		TIDE	COM TIDE	REGIME	REGIME	REGIME	REGIME	REGIME	REGIME	REGIME	REGIME	REGIME	REGIME	REGIME	REGIME	REGIME	REGIME
PA1 PROF.AUXILIAR N.1		324,75	915,19	590,45	501,88	413,31	354,27	285,22	177,13	147,61	132,85						
PA2 PROF.AUXILIAR N.2		334,49	942,65	608,16	516,94	426,71	364,90	304,08	182,45	152,04	136,84						
PA3 PROF.AUXILIAR N.3		344,52	970,93	626,41	532,44	438,48	375,84	313,20	187,92	156,60	140,94						
PA4 PROF.AUXILIAR N.4		354,88	1.000,08	645,20	548,42	451,64	387,12	322,60	193,56	161,30	145,17						
PS1 PROF.ASSISTENTE N.1		427,48	1.204,67	777,20	660,62	544,04	466,32	388,60	233,16	194,30	174,87						
PS2 PROF.ASSISTENTE N.2		440,29	1.240,81	800,52	680,44	560,36	480,31	400,26	240,16	200,13	180,12						
PS3 PROF.ASSISTENTE N.3		453,50	1.278,03	824,54	700,86	577,18	494,72	412,27	247,36	206,13	185,52						
PS4 PROF.ASSISTENTE N.4		467,10	1.316,37	849,27	721,88	594,49	509,56	424,64	254,78	212,32	191,09						
PD1 PROF.ADJUNTO N.1		497,46	1.401,94	904,48	768,80	633,13	542,69	452,24	271,34	226,12	203,51						
PD2 PROF.ADJUNTO N.2		512,39	1.443,99	931,61	791,87	652,13	558,97	465,80	279,48	232,90	209,61						
PD3 PROF.ADJUNTO N.3		527,76	1.487,31	959,56	815,62	671,69	575,73	479,78	287,87	239,89	215,90						
PD4 PROF.ADJUNTO N.4		543,59	1.531,93	988,34	840,09	691,84	593,01	494,17	296,50	247,09	222,38						
PT PROF.TITULAR N.1		581,64	1.639,17	1.057,53	898,90	740,27	634,52	528,76	317,28	264,38	237,94						
PT PROF.TITULAR N.2		599,09	1.688,34	1.089,25	925,87	762,48	653,55	544,63	328,78	272,31	245,08						
PT PROF.TITULAR N.3		617,06	1.739,00	1.121,93	953,64	785,35	673,16	560,97	336,58	280,48	252,43						
PT PROF.TITULAR N.4		635,57	1.791,16	1.155,59	982,25	808,91	693,35	577,80	346,68	288,90	260,01						
(1) REGIME DE TRABALHO APLICADO SOMENTE PELA UEL																	
(2) REGIME DE TRABALHO APLICADO SOMENTE PELA UEPG																	



VIGÊNCIA: AGOSTO/95					SEAD/DCSA
COORDENAÇÃO DA RECEITA DO ESTADO					A02CRE08
A - CARGOS EFETIVOS	CL	I	II	III	IV
AGENTE FISCAL 1	C	520,15	525,51	530,88	536,24
AGENTE FISCAL 1	B	498,70	504,06	509,43	514,79
AGENTE FISCAL 1	A	477,25	482,62	487,98	493,34
AGENTE FISCAL 2	C	455,80	461,17	466,53	471,89
AGENTE FISCAL 2	B	434,35	439,72	445,08	450,44
AGENTE FISCAL 2	A	412,90	418,27	423,63	428,99
AGENTE FISCAL 3	C	352,31	357,14	361,95	366,78
AGENTE FISCAL 3	B	333,00	337,83	342,66	347,48
AGENTE FISCAL 3	A	313,71	318,52	323,34	328,17
AGENTE FISCAL 4	D	222,74			
AGENTE FISCAL 4	C	207,14			
AGENTE FISCAL 4	B	179,52			
AGENTE FISCAL 4	A	145,87			
B - CARGOS EM COMISSÃO	CL	R\$			
DIRETOR	A	670,31			
INSP. GERAL TRIBUTAÇÃO	B	630,09			
INSP. GERAL ARRECADAÇÃO	B	630,09			
INSP. GERAL FISCALIZAÇÃO	B	630,09			
CHEFE DE ASSESSORIA	B	630,09			
CONSULTOR TÉCNICO	C	596,57			
ASSISTENTE TÉCNICO	C	596,57			
DEL. REGIONAL DE RECEITA	C	596,57			
AUXILIAR TÉCNICO	D	576,46			

VIGÊNCIA: AGOSTO/85											SEAD/DCSA A14PIL08	
PILOTOS												
NÍVEL CLASSE	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	
A	908,63	935,89	963,97	992,89	1022,67	1053,35	1084,96	1.117,50	1.151,03	1.185,56	1.221,13	
B	804,10	828,22	853,07	878,66	905,02	932,17	960,14	988,94	1018,61	1049,17	1080,64	
C	711,59	732,94	754,93	777,58	800,90	824,93	849,68	875,17	901,42	928,47	956,32	
D	629,73	648,62	668,08	688,12	708,76	730,03	751,93	774,49	797,72	821,85	846,30	
E	547,56	563,98	580,90	598,33	616,28	634,77	653,81	673,43	693,63	714,44	735,87	

CLASSE	VALOR/HORA VOO DIURNA	VALOR/HORA VOO NOT.
A,B,C	11,92	18,23
D	5,96	12,59

VIGÊNCIA: AGOSTO/95		SEAD/DCSA
PROCURADOR DO ESTADO		
C A R G O		A20PRO08
PROCURADOR DE 1A. CLASSE		2.760,75
PROCURADOR DE 2A. CLASSE		2.622,71
PROCURADOR DE 3A. CLASSE		2.491,57
PROCURADOR DE 4A. CLASSE		2.367,00
PROCURADOR DE 5A. CLASSE		2.248,65

DELEGADO DE POLÍCIA	
C A R G O	
DELEGADO DE 1A. CLASSE	2.622,71
DELEGADO DE 2A. CLASSE	2.491,57
DELEGADO DE 3A. CLASSE	2.367,00
DELEGADO DE 4A. CLASSE	2.248,65

QUADRO ESPECIAL DE ADVOGADOS	
C A R G O	
ADVOGADO DE PRIMEIRA CLASSE	2.760,75
ADVOGADO DE SEGUNDA CLASSE	2.622,71
ADVOGADO DE TERCEIRA CLASSE	2.491,57
ADVOGADO DE QUARTA CLASSE	2.367,00
ADVOGADO DE QUINTA CLASSE	2.248,65

SEAD/DCSA											
TABELA SALARIAL DO BALLET TEATRO GUAIRA											
A15TGU08											
CLASSE	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
A	439,66	457,25	475,54	494,56	514,34	534,91	556,31	578,56	601,70	625,77	650,80
B	510,00	530,40	551,62	573,69	596,63	620,50	645,32	671,13	697,98	725,90	754,93
C	591,61	615,27	639,88	665,48	692,09	719,78	748,57	778,51	809,65	842,04	875,72

TABELA DE PROFESSORES E PIANISTAS - VALOR HORA/AULA

CARGO	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
PIAN/P2GR	2,74	2,88	3,02	3,17	3,33	3,50	3,67	3,86	4,05	4,25	4,46
PROF 3GR	3,42	3,59	3,77	3,96	4,16	4,36	4,58	4,81	5,05	5,31	5,57

TABELA SALARIAL DA ORQUESTRA SINFÔNICA DO PARANA

CLASSE	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
A	439,66	457,25	475,54	494,56	514,34	534,91	556,31	578,56	601,70	625,77	650,80
B	591,61	615,27	639,88	665,48	692,09	719,78	748,57	778,51	809,65	842,04	875,72

VIGÊNCIA: AGOSTO/95					SEAD/DCSA A16PCI08
QUADRO DA POLÍCIA CIVIL					
CARGOS	VENCIMENTOS				
	1a CLASSE	2a CLASSE	3a CLASSE	4a CLASSE	5a CLASSE
ESCRIVÃO DE POLÍCIA	307,33	284,57	263,48	243,97	221,79
INVESTIGADOR DE POLÍCIA					
DACTILOSCOPISTA	226,70	215,91	205,62	195,83	-
TÉCNICO TELEC. POLICIAL					
TÉCNICO MANUT. POLICIAL	188,91	179,92	171,35	163,20	-
OPERADOR TELEC. POLICIAL	169,58	161,50	153,81	146,49	-
IDENTIF. DACTILOSCOP.					
AUXILIAR MANUT. POLICIAL					
AUXILIAR DE NECRÓPSIA					
PERITO POLICIAL	283,68				
COMISSÁRIO	307,33				

QUADRO DA POLÍCIA CIVIL - PERITOS				
CARGOS	VENCIMENTOS			
	1a CLASSE	2a CLASSE	3a CLASSE	4a CLASSE
MÉDICO LEGISTA	553,32	512,34	474,39	439,24
PERITO CRIMINAL	553,32	512,34	474,39	439,24
QUÍMICO LEGAL	553,32	512,34	474,39	439,24
TOXICOLOGISTA	553,32	512,34	474,39	439,24

VIGÊNCIA: AGOSTO/95		A16PM106
QUADRO DA POLÍCIA MILITAR		SEAD/DCSA
FUNÇÃO DE NÍVEL DE APERFEIÇOAMENTO SUPERIOR		
POSTO/GRADUAÇÃO	S O L D O	
CORONEL	784,49	
TENENTE-CORONEL	706,03	
MAJOR	666,82	
FUNÇÃO DE NÍVEL SUPERIOR		
CAPITÃO	556,00	
1o. TENENTE	490,95	
2o. TENENTE	425,15	
ASPIRANTE A OFICIAL	353,73	
FUNÇÃO DE NÍVEL ACADÊMICO		
ALUNO DE 3o. ANO	243,67	
ALUNO DE 2o. ANO	215,67	
ALUNO DE 1o. ANO	203,49	
FUNÇÃO DE NÍVEL TÉCNICO		
SUBTENENTE	247,86	
1o. SARGENTO	235,46	
2o. SARGENTO	229,49	
3o. SARGENTO	216,68	
FUNÇÃO DE NÍVEL MÉDIO		
CABO	204,68	
SOLDADO 1a. CLASSE	196,02	
SOLDADO 2a. CLASSE	163,37	

VIGÊNCIA: AGOSTO/95	SEAD/DCSA
GRATIFICAÇÃO DE CHEFIA CLT	A08CHE08

GRATIFICAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO DAS-1	760,25
GRATIFICAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO DAS-2	668,35
GASOLINA	27,75
ADMINISTRAÇÃO DIRETA E AUTARQUIAS	
I - 10	299,44
II - 11	239,55
III - 12	191,84
ÓRGÃO DE REGIME ESPECIAL	
I - 20	264,52
II - 21	211,62
GRATIFICAÇÃO DER	
I - 80	756,10
II - 81	648,24
III - 82	492,05

## Requerimentos:

## REQUERIMENTO N° 2123

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência ao Projeto de Lei, oriundo da Mensagem Governamental n° 052/95, que dispõe sobre o aumento do funcionalismo estadual.

Sala das Sessões, em 09.08.95  
(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

## REQUERIMENTO N° 2104

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4° do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 09.08.95  
(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

## REQUERIMENTO N° 2105

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de pesar pelo falecimento do Senhor Paulino Crecetta, ocorrido ontem na Cidade de Ivaiporã.

Requer ainda, que do presente se dê ciência aos seus familiares, através de correspondência a ser encaminhada a Dra. Celina Hessmann, Caixa Postal 100, CEP: 86.870-000, Ivaiporã/PR.

Sala das Sessões, em 09.08.95  
(a) ORLANDO PESSUTI

## REQUERIMENTO N° 2122

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o encaminhamento de expediente contendo votos de pesar, pelo falecimento do Senhor Arnolfo Alves, ex-Prefeito da Cidade de Santo Antônio da Platina, ocorrido no dia de hoje naquela cidade.

Sala das Sessões, em 09.08.95  
(a) RENEY BORSATTO

## JUSTIFICATIVA:

O Senhor Arnolfo Alves, membro de tradicional família e pioneiro, sendo um dos desbravadores daquela região, ajudando e contribuindo com seu trabalho o progresso de Santo Antônio da Platina.

Por seu amor à cidade que adotou como

sua terra natal, um dia viu seu trabalho ser recompensado, quando a população em retribuição aos seus esforços o elegeu Prefeito Municipal, cargo que exerceu com dedicação e honestidade. Queremos registrar nos Anais deste Poder Legislativo, o nosso voto de pesar pelo falecimento deste grande amigo, que com grande galhardia, soube elevar por todos os lugares por onde passou o nome de nossa cidade e do Município de Santo Antônio da Platina.

Correspondência para Rua Mal. Floriano Peixoto s/n° - Santo Antônio da Platina.

## REQUERIMENTO N° 2131

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja registrado nos anais desta egrégia Casa de Leis, voto de profundo pesar à família Kaghofer, pelo falecimento da Senhora Luiza Detoni Kaghofer, ocorrido na data de hoje.

Sala das Sessões, em 09.08.95.  
(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

## JUSTIFICATIVA:

A Senhora Luiza Detoni Kaghofer, aos 69 anos, deixou esposo e dez filhos. Pessoa muito querida no Município de Pato Branco, onde por sua conduta e dedicação, deixa o exemplo de mãe e de esposa a todas aquelas pessoas que tiveram a felicidade de conhecê-la.

## REQUERIMENTO N° 2107

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da sessão de hoje, votos de congratulações pelas comemorações do 47° aniversário de fundação da Casa do Estudante Universitário do Paraná - CEU, que estão sendo realizadas neste período de 07 a 11 de agosto.

Requer ainda, que do presente se dê ciência aos organizadores do evento, Senhores Gerson Luiz Wensel (Presidente da CEU) e João Francisco M. Sampaio (1° Secretário), através de correspondência a ser encaminhada à Rua Luiz Leão, n° 1 - Curitiba - Paraná - CEP: 80030-010.

Sala das Sessões, em 09.08.95.  
(a) ORLANDO PESSUTI

## REQUERIMENTO N° 2115

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta sessão, voto de congratulações e muito aplauso ao casal Carlos e Maria Aparecida Rodrigues que completou 20 anos de feliz

união conjugal, comemorando desta forma as Bodas de Porcelana, renovando o seu propósito de amor de fidelidade a Cristo. É um acontecimento muito importante e louvável, digno de merecer todo o nosso respeito e admiração. Foram todos estes anos vividos com respeito mútuo entre eles, trazendo alegria e união em seu lar. Souberam ao longo do tempo cultivar o amor no casamento. Estiveram sempre unidos, mantendo acesa a chama de amor, a qual permanece até hoje, em reconhecimento da união de duas vidas em uma.

Entendemos meritório este registro e nos somamos aos familiares e amigos do casal, na comemoração desta data tão significativa e que serve de exemplo a todos nós!

Sala das Sessões, em 09.08.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO N° 2116

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta sessão, voto de congratulações e muito aplauso ao casal Maria Edite e Benedito Camargo que completou 37 anos de feliz união conjugal, comemorando desta forma as Bodas de Coral, renovando o seu propósito de amor de fidelidade a Cristo. É um acontecimento muito importante e louvável, digno de merecer todo o nosso respeito e admiração. Foram todos estes anos vividos com respeito mútuo entre eles, trazendo alegria e união em seu lar. Souberam ao longo do tempo cultivar o amor no casamento. Estiveram sempre unidos, mantendo acesa a chama de amor, a qual permanece até hoje, em reconhecimento da união de duas vidas em uma.

Entendemos meritório este registro e nos somamos aos familiares e amigos do casal, na comemoração desta data tão significativa e que serve de exemplo a todos nós!

Sala das Sessões, em 09.08.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO N° 2117

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta sessão, voto de congratulações e muito aplauso ao casal Ismário e Sandra Luciano que completou 20 anos de feliz união conjugal, comemorando desta forma as Bodas de Porcelana, renovando o seu propósito de amor de fidelidade a Cristo. É um acontecimento muito importante e louvável, digno de merecer todo o nosso respeito e admira-

ção. Foram todos estes anos vividos com respeito mútuo entre eles, trazendo alegria e união em seu lar. Souberam ao longo do tempo cultivar o amor no casamento. Estiveram sempre unidos, mantendo acesa a chama de amor, a qual permanece até hoje, em reconhecimento da união de duas vidas em uma.

Entendemos meritório este registro e nos somamos aos familiares e amigos do casal, na comemoração desta data tão significativa e que serve de exemplo a todos nós!

Sala das Sessões, em 09.08.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO N° 2118

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta sessão, voto de congratulações e muito aplauso ao casal Geni e Sérgio Beraldo que completou 25 anos de feliz união conjugal, comemorando desta forma as Bodas de Prata, renovando o seu propósito de amor de fidelidade a Cristo. É um acontecimento muito importante e louvável, digno de merecer todo o nosso respeito e admiração. Foram todos estes anos vividos com respeito mútuo entre eles, trazendo alegria e união em seu lar. Souberam ao longo do tempo cultivar o amor no casamento. Estiveram sempre unidos, mantendo acesa a chama de amor, a qual permanece até hoje, em reconhecimento da união de duas vidas em uma.

Entendemos meritório este registro e nos somamos aos familiares e amigos do casal, na comemoração desta data tão significativa e que serve de exemplo a todos nós!

Sala das Sessões, em 09.08.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO N° 2119

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta sessão, voto de congratulações e muito aplauso ao casal Joaquim e Donatila Lopes que completou 49 anos de feliz união conjugal, comemorando desta forma as Bodas de Safira, renovando o seu propósito de amor de fidelidade a Cristo. É um acontecimento muito importante e louvável, digno de merecer todo o nosso respeito e admiração. Foram todos estes anos vividos com respeito mútuo entre eles, trazendo alegria e união em seu lar. Souberam ao longo do tempo cultivar o amor no casamento. Estiveram sempre unidos, mantendo acesa a cha-



Curitiba, quarta, em 09.08.95

ma de amor, a qual permanece até hoje, em reconhecimento da união de duas vidas em uma.

Entendemos meritório este registro e nos somamos aos familiares e amigos do casal, na comemoração desta data tão significativa e que serve de exemplo a todos nós!

Sala das Sessões, em 09.08.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO N° 2109

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - CORREIO, no sentido de verificar a reclamação dos moradores da Rua São Felipe, no Cajuru, com relação ao carteiro que não passa há mais de um mês. Não sabem o que acontece com as correspondências que teriam que ser entregues.

Sala das Sessões, em 09.08.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO N° 2110

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Coordenadoria da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, no sentido de colocar abrigo nos pontos de ônibus na BR 376, que fazem a linha de São José dos Pinhais. Os usuários reclamam que quando chove, não têm onde se abrigar.

Sala das Sessões, em 09.08.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO N° 2111

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente a Telecomunicações do Paraná - TELEPAR, no sentido de atender o pedido dos moradores do Conjunto Mercúrio, que pedem a instalação de um posto telefônico. Segundo os moradores, esse posto será de grande utilidade, pois para se fazer uma ligação interurbana eles têm que se deslocar até o centro da cidade.

Sala das Sessões, em 09.08.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO N° 2112

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que

seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no sentido de sanar o problema da água que vem muito suja na Av. Mal. Floriano Peixoto, n° 10.100, Boqueirão.

O pedido está sendo feito pelo morador, que reclama do transtorno causado pela água suja.

Sala das Sessões, em 09.08.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO N° 2113

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de determinar policiamento na Rua Frei Gaspar Madre de Deus, próximo ao n° 236, entre as ruas Itatiaia e Caetano Marquesine - Portão. Segundo os moradores, nesse endereço tem um casarão abandonado que serve de local para encontro de adolescentes e jovens que ficam fumando maconha e cheirando cola.

Sala das Sessões, em 09.08.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO N° 2114

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua o Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de determinar policiamento de trânsito na rua Mauá, esquina com a Amâncio Moura - Alto da Glória, principalmente às quartas-feiras, devido a realização de novenas.

Sala das Sessões, em 09.08.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO N° 2120

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições (art. 129, e seguintes do Regimento Interno), REQUER o encaminhamento de expediente ao Dr. Deni Lineu Schwartz, M.D. Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a implantação do Programa "Caminhos da Educação", a fim de asfaltar as estradas rurais de Paranaíba e região.

Sala das Sessões, em 09.08.95.

(a) WALMOR TRENTINI

#### JUSTIFICATIVA:

É notório que as estradas rurais do Paraná por onde circulam ônibus escolares, encontram-se em péssimo estado de conservação. Fato este que dificulta e às vezes

impossibilita o transporte escolar e nos dias de chuva, gerando faltas nas escolas.

O Governo do Estado, em conjunto com a Secretaria de Transportes, lançou o Programa Caminhos da Educação, visando asfaltar as estradas entre os distritos e a sede do município, com largura de 3,6m, num total de 1.000 km, conseqüentemente estará melhorando o escoamento da safra.

Na primeira etapa serão atendidos cinco municípios, que já assinaram convênio.

"A educação será a grande bússola do desenvolvimento do Paraná". - Governador Jaime Lerner.

Todo o Estado necessita de asfalto nas estradas rurais, mas em Paranavaí - cidade pólo - onde a malha viária rural é ampla, o problema é ainda maior.

A fim de estabelecer a assiduidade dos estudantes em sala de aula, solicitamos a Vossa Excelência, a implantação do Programa Caminhos da Educação, com o fim de asfaltar as estradas dos distritos até a sede do Município de Paranavaí e região, como prioridade do Governo do Estado.

#### REQUERIMENTO N° 2121

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao jogador e atleta Paulo Sérgio da Silva, votos de congratulações e sucesso pela conquista como jogador e atleta revelação do ano, no presente campeonato paranaense. Referido requerimento, prende-se ao fato do referido atleta ter começado sua carreira futebolística no Ubiratã Esporte Clube, do qual, muito me orgulhei de ter sido Presidente.

Sala das Sessões, em 09.08.95.

(a) JOCELITO CANTO

#### REQUERIMENTO N° 2124

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Rafael Bernardo Dely, Mui Digno Secretário de Estado da Política Habitacional, solicitando a construção de 186 casas populares no Município de Engenheiro Beltrão, cujo projeto já foi desenvolvido pela COHAPAR.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor José Orlando Romeiro, Prefeito Municipal de Engenheiro Beltrão (Rua Manoel Ribas, 160); a Vereadora Almerinda Serafim Borges, Presidente da Câmara Municipal (Rua Manoel Ribas, 160 - CEP 87270-000); ao Deputado Federal Alexandre Ceranto (Av. Munhoz de Mello, 3800 - cj. 101 / 1° andar - Umuarama - CEP 87501-190).

Sala das Sessões, em 09.08.95.

(a) NELSON GARCIA

#### JUSTIFICATIVA:

É cada vez mais crescente a carência do setor habitacional em Engenheiro Beltrão. O problema é acentuado, pois muitas famílias migram para aquela cidade em busca de empregos na usina de álcool SABARALCOOL.

Preocupado com esta situação, o Prefeito Municipal adquiriu uma área de 2 alqueires de terra e transferiu à COHAPAR, a qual desenvolveu o projeto para construção de 186 casas populares. Na época foram cadastradas as famílias, causando assim uma grande expectativa. Entretanto, até esta data ainda não foi firmado o convênio para a execução do projeto.

Deste modo, é necessário que esta Pasta determine estudos viabilizando a concretização dessa obra, que sem dúvida resolverá o problema de habitação de muitas famílias que não possuem casa própria.

#### REQUERIMENTO N° 2125

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Deni Lineu Schwartz, Mui Digno Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a construção da ponte sobre o Córrego do Bagre, na Estrada do Bagre, no Município de Francisco Alves.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor José Delapria, Prefeito Municipal de Francisco Alves (Rua I. V. Boas, s/n); ao Senhor José Miguel dos Santos Martins, Presidente da Câmara Municipal (Rua J. Ferreira, s/n) CEP 87570-000; ao Deputado Federal Alexandre Ceranto (Av. Munhoz de Mello, 3800 - conj. 101 / 1° andar - Umuarama - CEP 87501-190).

Sala das Sessões, em 09.08.95.

(a) NELSON GARCIA

#### JUSTIFICATIVA:

De iniciativa do Chefe do Executivo Municipal de Francisco Alves, a referida proposta tem o objetivo de ratificar o Ofício n° 129/95 já encaminhado a essa Pasta, no qual reivindica a construção da mencionada ponte.

Conforme justificativa do Senhor Prefeito, a ponte já existente no local encontra-se em péssimas condições, trazendo sérios riscos ao tráfego, inviabilizando o escoamento da produção agrícola naquela estrada.

#### REQUERIMENTO N° 2126

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o

Curitiba, quarta, em 09.08.95

envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Deni Lineu Schwartz, Mui Digno Secretário de Estado dos Transportes, solicitando o calçamento com pedras irregulares do acesso que liga o Distrito de Rio Bonito à BR-272, numa área de 18.000 m<sup>2</sup>, no Município de Francisco Alves.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor José Delapria, Prefeito Municipal de Francisco Alves (Rua I. V. Boas, s/n); ao Senhor José Miguel dos Santos Martins, Presidente da Câmara Municipal (Rua J. Ferreira, s/n) CEP 87570-000; ao Deputado Federal Alexandre Ceranto (Av. Munhoz de Mello, 3800 - conj. 101 / 1º andar - Umuarama - CEP 87501-190).

Sala das Sessões, em 09.08.95.

(a) NELSON GARCIA

**JUSTIFICATIVA:**

Da iniciativa do Chefe do Executivo Municipal de Francisco Alves, a referida proposta tem o objetivo de ratificar o Ofício nº 128/95 já encaminhado a essa Pasta, no qual reivindica o calçamento do referido trecho.

A obra muito beneficiará aquela comunidade, que enfrenta sérias dificuldades de locomoção sobretudo nos dias de chuva, e principalmente em épocas de escoamento da safra agrícola.

**REQUERIMENTO Nº 2127**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente a Senhora FANI LERNER, Mui Digna Secretária de Estado da Criança e Assuntos da Família, e ao Senhor SÍLVIO MAGALHÃES DE BARROS II, Mui Digno Secretário de Estado do Esporte e do Turismo, solicitando a inclusão do Município de Engenheiro Beltrão, no PROGRAMA PIÁ NO ESPORTE.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor JOSÉ ORLANDO ROMEIRO, Prefeito Municipal de Engenheiro Beltrão, (Rua Manoel Ribas, 160) a Vereadora ALMERINDA SERAFIM BORGES, Presidente da Câmara Municipal (Rua Manoel Ribas, 160) CEP 87270-000; e ao Deputado Federal ALEXANDRE CERANTO (Av. Munhoz de Mello, 3800 - 1º andar, cj. 101, Ed. Centro Comercial - Umuarama, CEP 87501-190).

Sala das Sessões, em 09.08.95.

(a) NELSON GARCIA

**JUSTIFICATIVA:**

A iniciativa do Governo do Estado em levar aos municípios o Projeto Piá no Esporte, é a possibilidade de incentivar o menor carente à prática esportiva, de maneira disciplinada e devidamente coordenada.

Assim, é muito importante a inclusão do Município de Engenheiro Beltrão no re-

ferido Projeto, visando beneficiar um número elevado de crianças carentes, que se encontram na faixa etária de 7 a 17 anos.

**REQUERIMENTO Nº 2128**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente a Senhora FANI LERNER, Mui Digna Secretária de Estado da Criança e Assuntos da Família, e ao Senhor SÍLVIO MAGALHÃES DE BARROS II, Mui Digno Secretário de Estado do Esporte e do Turismo, solicitando a inclusão do Município de Douradina no PROGRAMA PIÁ NO ESPORTE.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor MANOEL RIBEIRO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Douradina, (Av. Rio Branco, 470); ao Vereador HERMINIO FRANÇA DE OLIVEIRA FILHO, Presidente da Câmara Municipal (Av. Barão do Rio Branco, 320) CEP 87485-000; e ao Deputado Federal ALEXANDRE CERANTO (Av. Munhoz de Mello, 3800 - 1º andar, cj. 101, Ed. Centro Comercial - Umuarama, CEP 87501-190).

Sala das Sessões, em 09.08.95.

(a) NELSON GARCIA

**JUSTIFICATIVA:**

A iniciativa do Governo do Estado em levar aos municípios o Projeto Piá no Esporte, é a possibilidade de incentivar o menor carente à prática esportiva, de maneira disciplinada e devidamente coordenada.

Assim, é muito importante a inclusão do Município de Douradina no referido Projeto, visando beneficiar um número elevado de crianças carentes, que se encontram na faixa etária de 7 a 17 anos.

**REQUERIMENTO Nº 2129**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor CÂNDIDO MANUEL MARTINS DE OLIVEIRA, solicitando destinação de uma VIATURA POLICIAL, para o Município de Mariluz.

Requer ainda, seja comunicado aos Senhores JOSÉ BRAZ BRILHANTE, Prefeito Municipal (Av. Marília, 1920); a Vereadora IVONE PERECIN, Presidente da Câmara Municipal (Av. Marília, 1690) CEP 87470-000; e ao Deputado Federal ALEXANDRE CERANTO (Av. Munhoz de Mello, 3800 - 1º andar, cj. 101, Ed. Centro Comercial - Umuarama, CEP 87501-190).

Sala das Sessões, em 09.08.95.

(a) NELSON GARCIA

**JUSTIFICATIVA:**

Objetivando dar condições para que a Polícia de Mariluz possa realizar seu trabalho com maior eficiência, no sentido de

garantir a ordem pública, fazendo as investigações e diligências necessárias, assegurando a tranquilidade da população, é de vital importância a destinação de uma viatura policial devidamente equipada.

REQUERIMENTO N° 2130

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor CÂNDIDO MANUEL MARTINS DE OLIVEIRA, solicitando destinação de uma VIATURA POLICIAL, para o Município de Engenheiro Beltrão.

Requer ainda, seja comunicado aos Senhores JOSÉ ORLANDO ROMEIRO, Prefeito Municipal (Rua Manoel Ribas, 160); Vereadora ALMERINDA SERAFIM BORGES, Presidente da Câmara Municipal (Rua Manoel Ribas, 160) CEP 87270-000; e ao Deputado Federal ALEXANDRE CERANTO (Av. Munhoz de Mello, 3800 - 1° andar, cj, 101, Ed. Centro Comercial - Umuarama, CEP 87501-190).

Sala das Sessões, em 09.08.95.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

Objetivando dar condições para que a Polícia de Engenheiro Beltrão possa realizar seu trabalho com maior eficiência, no sentido de garantir a ordem pública, fazendo as investigações e diligências necessárias, assegurando a tranquilidade da população, é de vital importância a destinação de uma viatura policial devidamente equipada.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 290/95

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica concedido o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Senhor Leonardo Petrelli Neto.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.08.95

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

Leonardo Petrelli Neto nasceu em Curitiba, no dia 25 de maio de 1960. Foi graduado em Telecomunicações pela Universidade de Grossmont College, na Cidade de San Diego, com extensão na Universidade do Estado da Califórnia.

Todo esse conhecimento adquirido é hoje aplicado na Rede Independência de Curitiba, onde o nosso homenageado é vice-Presidente. Participa de forma atuante na TV Independência, na Jovem Pan FM, na direção

geral da TV A de Curitiba, sendo através da Família Petrelli, acionista do SCC - Sistema Catarinense de Comunicações.

Através de um trabalho efetivo e direcionado à comunidade paranaense foi eleito Diretor Presidente da Associação dos Dirigentes de Vendas do Brasil-Paraná e vice-Presidente da Associação Comercial do Paraná.

Leonardo Petrelli Neto, jovem empresário que orgulha o Estado do Paraná, grande incentivador da cultura e habitual prestador de serviços para a comunidade do nosso Estado é, sem dúvida, merecedor desta homenagem, a qual contamos com o apoio dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI N° 291/95

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica denominada "Rodovia Deputado José Alves" a Rodovia PR-317, que interliga Maringá a Santo Inácio.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições que a contrariem.

Sala das Sessões, em 09.08.95.

(a) JOSÉ MARCOS ALVES

JUSTIFICATIVA:

O Deputado José Alves, mais conhecido como o "Deputado da Assistência Social", morou em Santa Fé, antes de residir em Maringá. Mesmo morando em Maringá, dirigia-se constantemente a Santa Fé, onde possuía uma pequena propriedade rural, e utilizava-se, por essa razão da Rodovia PR-317.

Notabilizou-se o ilustre Deputado pelo trabalho de assistência aos mais necessitados na Região de Maringá e na própria cidade de Maringá, onde, além de notável radialista, desempenhou cargos eletivos de Vereador e de Deputado Estadual por duas gestões consecutivas, representando toda a Região de Maringá.

José Alves veio a falecer tragicamente nas dependências de seu Gabinete Parlamentar nesta Assembléia Legislativa, isto no dia 12 de abril de 1994, vítima de um enfarto do miocárdio.

Como transeunte freqüente da Rodovia PR-317, pelo trabalho desenvolvido nesta Casa de Leis em favor dos menos favorecidos pela sorte, o presente projeto de lei tem como escopo perpetuar a memória de quem passou pela terra fazendo bem às pessoas e a toda a comunidade de Maringá e Região.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Pequeno Expediente concedo a palavra ao 1° orador inscrito Sr. Deputado Jocelito

Canto.

O SR. JOCELITO CANTO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Gostaríamos de aproveitar a oportunidade para relatarmos a viagem que fizemos ontem à Brasília, juntamente com o Deputado Plauto Miró, onde fomos tratar alguns assuntos de interesse do Paraná, desta Casa e até da CPI sobre o bingo.

Estivemos ontem, em companhia do Deputado Plauto, fazendo uma visita ao Ministro Extraordinário dos Esportes, Edson Arantes do Nascimento, que está em viagem para os Estados Unidos, mas fomos muito bem recebidos pelo seu chefe de Gabinete, Dr. Agimar, e que nos colocou que existe uma grande vontade do Ministro Extraordinário, Pelé, de vir ao Paraná e deverá vir, logo na sequência, de acordo com as possibilidades, para lançar um projeto de esportes, no Paraná, a nível nacional. E também virá a esta Assembléia, que está apenas dependendo de uma confirmação, que deverá acontecer agora, no início da semana que vem. Levamos lá um Ofício do Sr. Presidente convidando o ilustre Ministro de Esportes para que venha a esta Casa falar sobre a Lei Zico, sobre os trabalhos que estão sendo desenvolvidos, e principalmente sobre o bingo.

Ficamos sabendo também que no Congresso Nacional existe uma CPI sobre o bingo, que está investigando também as denúncias apresentadas em todo o País, sobre a Lei Zico, que não está sendo cumprida.

Também estivemos em Brasília tratando outros assuntos referentes a uma promoção cultural que estamos realizando em Ponta Grossa e que é de destaque nacional, estivemos lá com o Ministro da Cultura, onde tratamos com ele a vinda ao Paraná no dia 15, aniversário de Ponta Grossa.

Também ontem remetemos um fax ao Zico, solicitando ao mesmo que marque presença na Comissão do Bingo, para falar na Lei Zico, essa Lei tão diferenciada que não está sendo cumprida aqui e no Brasil inteiro.

E para finalizar, Sr. Presidente, nós gostaríamos de prestar aqui homenagem e ao mesmo tempo cumprimentar o jovem atleta que hoje faz parte do futebol profissional aqui do Paraná, e recebeu agora o título de jogador revelação do futebol do Paraná. Não é o Miltinho Puppio, que fez uma grande exibição, na última segunda-feira e nem o nosso cover, Hitoshi, mas é um jogador jovem que é o Paulo Sérgio da Silva, meio campo do Coritiba que foi escolhido como atleta revelação no ano de 1995. Esse rapaz é fruto de um trabalho que nós desenvolvemos no interior e quando lançamos o Ubiratã Esporte Clube, com muito sacrifício, esse menino veio crescer nas escoli-

nhas desse clube e que na época muitos disseram que não daria certo, porém lutamos e conseguimos fazer com que esse clube sobrevivesse e de lá saiu esse craque que hoje é destaque no futebol do Paraná.

Gostaríamos que ele recebesse as congratulações dessa Casa por ter sido escolhido o destaque a nível de Paraná.

Era isso que nós gostaríamos de destacar e dizer que na última segunda-feira o nosso time da Assembléia fez uma excelente partida, jogando contra a FUNDEPAR, um grande jogo e já estamos organizando mais alguns jogos pela frente.

O destaque no final do jogo foi o nosso grande Deputado Trentini, que até por sinal agora está fazendo cover do Secretário, cansado de sofrer, os dissabores do Secretário que vem do outro lado, resolveu fazer o cover.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Dr. Rosinha.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A Folha de Londrina dessa quarta-feira, traz uma matéria "Salário desespera e corrrompe Polícia Militar".

Isto é uma coisa bastante preocupante hoje quando o 1º Secretário da Casa leu a Mensagem de reajuste enviado a esta Casa, é inclusive até o momento de se discutir as razões desse reajuste e essa mensagem.

Nós sabemos que nos últimos anos os servidores públicos, assim como a Polícia Militar foi vítima de um violento achatamento salarial e de um autoritarismo do Poder Executivo até o momento sem precedente na história do Paraná.

Espero, apesar de um pouco já desiludido que o atual governo tenha uma postura melhor em relação as negociações com os representantes dos servidores públicos.

Mas o que me trouxe a tribuna diz respeito a esta questão da manchete da Folha de Londrina. Diz a Folha que a cada dez horas um policial militar de Curitiba deixa a corporação em função do baixo salário, ou seja só no primeiro semestre 500 homens saíram da corporação.

São praticamente servidores públicos que após o Estado investir na sua formação têm que sair devido o baixo salário que gira em torno de trezentos reais, o salário base de um policial.

Nessa mesma proporção de achatamento salarial, diz a matéria, que da maneira como foi achatando o salário da PM, ao longo do tempo, cresceu o índice de corrupção fora dos quartéis.

Acerca de poucos dias um recruta foi flagrado furtando produtos alimentícios num supermercado, o que demonstra a grande



necessidade, um policial militar vai assaltar um supermercado e roubar comida, o que demonstra o violento achatamento salarial que todos os servidores públicos são vítimas e no caso hoje eu estou comentando o da Polícia Militar.

Poucos dias depois do flagrante do recruta, um policial militar envolveu-se num assalto a Multiloja, no centro da Capital, são coisas que não aconteciam antes, disse o Coronel Sérgio Luiz Malucelli. Quer dizer, antes isso não ocorria e agora vem ocorrendo. O Coronel ainda, conforme a Folha, informou que por causa dos baixos salários a PM não consegue completar as vagas disponíveis no quadro de pessoal e isso eu vislumbrei, eu constatei vamos dizer assim pessoalmente, quando na semana passada eu visitei o quartel central da Polícia Militar, quando tinha sido chamado cerca de 200 homens para incorporar a Polícia Militar e se apresentaram cerca de 70 quando ficaram sabendo que os salários não chegavam a 300 reais, o salário base. E não vale a pena entrar numa Polícia correr risco de vida constantemente e principalmente para preservar o patrimônio daqueles que mais tem e que tem mais do que eles e eles colocarem sua vida em risco para preservar o patrimônio muitas vezes privado de alguns setores da sociedade, das quais adquiriram um patrimônio nem sempre tão claro na sua história de vida.

Diz a imprensa que há dois meses estão abertas 750 vagas na Capital, mas apenas 30% delas foram preenchidas. Quem virá por um salário de 300 reais? Perguntou o próprio comandante da Polícia Militar.

Quer dizer, a própria corporação já está descontente com os seus salários. Os próprios comandantes já fazem comentários na qual vislumbra que essa tropa não tem como aumentar com esses salários. Diz a matéria que bombeiros do SIATE trabalham como plantonistas de emergências particulares. Isto principalmente os motoristas dos serviços auxiliares do Corpo de Bombeiros. Nós que somos da área médica, já constatamos isso pessoalmente. Ou o Governo do Estado aplica, desenvolve uma política salarial condizente com a necessidade do servidor, ou esta realidade da Polícia Militar se tornará pior, porque não é só a Polícia Militar que tem saído dos quartéis, são inúmeros professores, outros profissionais que tem pedido demissão ao longo da história dos últimos tempos aqui. E queremos dizer que esse grande descontentamento com os salários no atual momento é que o atual Governador, durante a sua campanha prometeu muito rapidamente a recuperação desses salários. E isso os próprios Deputados que estavam na Legislatura anterior sabem disso, quando votamos a úl-

tima Mensagem enviada pelo Governador Mário Pereira que disse, que era para fazer linear aquela, porque daí três meses seriam compensados, e já se foram oito meses e a compensação ainda não veio. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Não há oradores inscritos no Horário da Liderança. Passa-se à

ORDEM DO DIA,  
com a presença de 52 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Mensagem n° 052/95, subscrita pelo Sr. Governador do Estado, constante do expediente, encaminhando a esta Casa de Leis, o incluso anteprojeto de lei que objetiva reajustar, em 10% (dez por cento), a partir de 1° de agosto do corrente ano, os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e das funções gratificadas dos servidores civis, ativos e inativos, bem como o salário do pessoal regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, da Administração Direta e das Autarquias do Poder Executivo. **A Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado José Marcos Alves, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

ITEM 01  
2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 204/95, de autoria do Deputado Anibal Khury, que concede Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Sr. Sérgio Sibel Soares Reis. **PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 02  
2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 016/95, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, que autoriza a realização de plebiscito para a criação do Município de São Pio X, desmembrado do Município de Francisco Beltrão. **PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J..**

Sobre o referido projeto, Emenda Substitutiva Geral de Plenário de autoria dos Srs. Deputados Caio Quintana, Orlando Pesutti, José Tavares, Toti Colaço e Nelson

Curitiba, quarta, em 09.08.95

Garcia, nos seguintes termos:

PROJETO DE LEI N° 016/95  
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DE PLENÁRIO N° 1

Parágrafo Único - O Projeto de Resolução n° 016/95, passa a ter a seguinte redação:

Art. 1° - Fica autorizada a realização de plebiscito no Distrito de São Pio X, para que a população decida sobre a criação do Município de mesmo nome, desmembrado do Município de Francisco Beltrão, com os seguintes limites e confrontações:

1. Com o Município de Enéas Marques:

Inicia na Rodovia que liga São Pio X à cabeceira do Lontra no encontro com a divisa das Glebas 28 FB e 32 FB, segue por esta divisa na direção geral Nordeste até encontrar o Lajeado Pedreira.

2. Com o Município de Francisco Beltrão:

Inicia no encontro da divisa entre as Glebas 28 FB e 32 FB com o Lajeado Pedreira, desce por este até a foz do Rio Herval, desce por este até a foz do Rio Santa Rosa, sobe por este até encontrar a divisa entre os Lotes 02 e 03 da Gleba 92 FB, segue por esta divisa na direção geral Sudoeste até encontrar com a PR 483, segue por esta até encontrar a estrada que liga a Comunidade de Jacutinga, segue por esta até encontrar a divisa entre os Lotes 29 e 27 da Gleba 26 FB, segue por esta divisa até encontrar a cabeceira do Rio Herval, desce por este até encontrar a divisa dos Lotes 71 e 70 da Gleba 101 FB, segue por esta divisa até encontrar a divisa entre as Glebas 26 FB e 27 FB, segue por esta divisa até encontrar a divisa dos Lotes 95, 71, 68-B, 68-A, 53 e 52, segue por esta divisa até encontrar o Arroio Palmeira, sobe por este até encontrar a divisa dos Lotes 26 e 21 com os Lotes 20 e 19, segue por esta divisa até encontrar o Córrego São Braz, sobe por este até a sua cabeceira, deste ponto segue pela estrada Enéas Marques/Ampere até o entroncamento com a Estrada Enéas Marques/São Pio X, segue por esta até encontrar a divisa entre o Lote 07 da Gleba 40 FB com o Lote 03 da Gleba 33 FB.

3. Com o Município de Nova Esperança do Sudoeste:

Inicia no encontro da divisa entre o Lote 07 da Gleba 40 FB com o Lote 03 da Gleba 33 FB com a estrada que liga Enéas Marques à São Pio X, segue por esta até encontrar a divisa entre as Glebas 32 FB e 28 FB.

Art. 2° - Esta Resolução entrará em

vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.08.95

(aa) CAÍTO QUINTANA, ORLANDO PESSUTI, JOSÉ TAVARES, TOTI COLAÇO e NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A presente Emenda tem por objetivo corrigir a distorção existente no memorial descritivo da área a ser emancipada, com vistas a criação do Município de São Pio X, sendo que o mesmo invade a área do Distrito vizinho de Jacutinga, que também está em fase de emancipação e cujo Projeto de Resolução autorizatório já encontra-se em tramitação nesta Casa.

ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 017/95, de autoria do Deputado Florisvaldo Fier, que dispõe sobre a atenção à saúde mental no Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.S.P.. EMENDA DA C.S.P.. Aprovado. (Publ. no D. A. n° 07, de 21.02.95)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 017/95

P A R E C E R:

O plano de lei em epígrafe, de autoria do Deputado Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha), dispõe sobre a atenção em saúde mental no Paraná, determina a substituição do atual modelo hospitalocêntrico no atendimento às doenças mentais por rede de atenção integral em saúde mental, determina regras de proteção aos que padecem de sofrimento psíquico, especialmente quanto as internações psiquiátricas compulsórias.

A matéria tem como fundamento legal o inciso LIV do artigo 5° da Constituição Federal, vazado nos seguintes termos: "ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal."

Sob os aspectos constitucionais e legais, nada encontramos que possa obstar a tramitação do sobredito projeto de lei, posto que o artigo 24 da Constituição Federal prescreve competência concorrente à União, aos Estados e ao Distrito Federal para legislar sobre previdência social, proteção e defesa da saúde.

O artigo 167 da Constituição Estadual também fortalece a pretensão do autor do plano de lei em exame, conforme segue transcrito:

"Art. 167 - A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à prevenção, redução e eliminação de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde para a sua promoção, proteção e recuperação."

A falta de regulamentação consistente no atual modelo hospitalocêntrico possibilita distorções gravíssimas, lesando di-

reitos indisponíveis dos cidadãos acometidos de doenças mentais. Dessa forma, a legislação ora proposta é fundamental para que o Estado do Paraná sirva como parâmetro e ofereça tratamento adequado aos cidadãos que sofrem de enfermidades dessa natureza.

A reformulação do sistema é gradativa e oferece condições de adequação dos orçamentos públicos destinados para esse fim, portanto, não onera o erário público, somente proporciona nova distribuição das dotações já existentes.

A segurança jurídica está assegurada na gradatividade já exposta, mesmo as organizações privadas que atuam no atual modelo hospitalocêntrico usufruirão dos mesmos prazos de adaptação.

Isto posto, exaramos nosso parecer favorável à tramitação do Projeto de Lei nº 017/95.

Sala das Sessões, em 23.05.95

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

EMERSON NERONE - Relator

#### COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA PROJETO DE LEI Nº 017/95

Em exame, o Projeto de Lei nº 017/95, de autoria do Deputado Florisvaldo Fier, que dispõe sobre a atenção em saúde mental no Paraná e dá outras providências.

O conteúdo do plano de lei é abrangente e dentro das discussões mais atuais de saúde mental.

Entendemos que não há nenhum óbice de ordem regimental que possa impedir o seu normal trâmite nesta Casa. No entanto, opinamos pela alteração da redação do "caput" do Art. 3º, na forma da emenda, em anexo, visando a que haja a participação do Conselho Estadual de Saúde nas decisões relativas à construção e ampliação de hospitais psiquiátricos, públicos ou privados, e a contratação e financiamento pelo setor público, de novos leitos nesses hospitais.

Diante do exposto, somos pelo seu encaminhamento à elevada apreciação do Plenário.

Sala das Comissões, em 29.06.95

(aa) LUIZ ACCORSI - Presidente

SÂMIS DA SILVA - Relator

#### EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 017/95

O "caput" do art. 3º, do Projeto de Lei nº 017/95, passará a ter a seguinte redação:

"Art. 3º - Fica condicionada à prévia aprovação pelo Conselho Estadual de Saúde, a construção e ampliação de hospitais psiquiátricos, públicos ou privados, e a contratação e financiamento pelo setor públi-

co, de novos leitos nesses hospitais."

Sala das Sessões, em 29.06.95.

(aa) LUIZ ACCORSI - Presidente

SÂMIS DA SILVA - Relator

Apoiamento: Jocelito Canto e Basílio Zanusso.

#### ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 033/95, de autoria do Deputado Caíto Quintana, que autoriza o Poder Executivo a doar à Prefeitura Municipal de Marmeleiro, área de terras que especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.O.P.T.C. e C.S.P..  
Aprovado. (Publ. no D.A. nº 10, de 07.03.95)

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 033/95

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Caíto Quintana, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a doar à Prefeitura Municipal de Marmeleiro, área de terras.

A necessidade da Prefeitura de realizar obras de ampliação no prédio edificado no imóvel para ser utilizado como Posto de Saúde e o caráter autorizatório da proposição faz com que esta Comissão de Constituição e Justiça dê o seu parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25.04.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

BASÍLIO ZANUSSO - Relator

#### COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES PROJETO DE LEI Nº 033/95

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Senhor Deputado Caíto Quintana, objetiva autorizar o Poder Executivo Estadual, a doar à Prefeitura Municipal de Marmeleiro, a área de terras que especifica.

Procedida a análise, no que tange às competências disciplinadas pelo parágrafo 3º, do artigo 33, do egrégio Regimento Interno desta Casa de Leis, nada encontramos que possa impedir a normal tramitação processual legislativa do plano de lei.

Nestas condições, esta Comissão dá seu parecer favorável, opinando pela aprovação da proposição.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Sala das Comissões, em 31.05.95.

(aa) GERALDO CARTÁRIO - Presidente

MILTON PUPPIO - Relator

#### COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA PROJETO DE LEI Nº 033/95

P A R E C E R:

Tem o presente projeto de lei, de au-



Curitiba, quarta, em 09.08.95

toria do nobre Deputado Caíto Quintana, a intenção de autorizar o Poder Executivo Estadual a doar à Prefeitura Municipal de Marmeleiro, área de terras que especifica, para ampliação de Posto de Saúde local.

No entender desta Comissão de Saúde, nada encontramos que viesse a obstar a tramitação regimental do projeto em questão.

Portanto, nestas condições, opinamos favoravelmente pela aprovação do mesmo.

Nosso parecer é favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17.06.95.

(a) LUIZ ACCORSI

Presidente e Relator

#### ITEM 05

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 064/95, de autoria do Deputado Toti Colaço, que autoriza o Poder Executivo Estadual a construir e financiar, total ou parcialmente, em âmbito estadual, o sistema "Casa do Produtor Rural". PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.O.P.T.C., C.A.I.C. e C.F.. EMENDAS DA C.A.I.C. e C.F.. Aprobado. (Publ. no D.A nº 22, de 22.03.95)

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PROJETO DE LEI Nº 064/95

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo Estadual a construir e financiar, total ou parcialmente, em âmbito estadual, o sistema "Casa do Produtor Rural".

Em se tratando de proposta autorizatória, cabe-nos considerar a legitimidade da iniciativa expressa no projeto, emitindo parecer favorável a sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 04.04.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

JOSÉ TAVARES - Relator

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

##### PROJETO DE LEI Nº 064/95

P A R E C E R:

A proposição em tela, de autoria do Deputado Toti Colaço, autoriza o Poder Executivo Estadual a construir e financiar total ou parcialmente, no Estado do Paraná, o sistema de moradias populares, denominado de "Casa do Produtor Rural".

No mérito, competência desta Comissão, avaliamos que tal iniciativa merece apoio dos demais pares desta Casa, no sentido de sua aprovação, posto sua elevada importância social.

Contudo, o presente plano de lei apresenta pressupostos legais e constitucionais que inviabilizam sua execução. O projeto fere o disposto no art. 135, I da Constituição do Estado do Paraná, que "veda o início de programas ou projetos não

incluídos em lei orçamentária anual". Todavia, esse vício de origem pode ser sanado através de abertura de crédito adicional especial, nos termos do art. 40, da Lei Complementar nº 4.320 de 17.03.64, in verbis:

"Art. 40 - São créditos adicionais as autorizações de despesas não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento".

Cabe observar ainda o art. 43 do mesmo diploma legal, posto a exigência de indicação de recursos:

"A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para acorrer à despesa e será precedida de exposição justificativa".

Os recursos referidos são os indicados no § 1º do mesmo art. 43.

Assim, como o plano de lei sob exame exige uma correção para viabilizá-lo, apresentamos a emenda anexa, pela qual condicionamos nosso parecer favorável.

Sala das Comissões, em 19.04.95.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DOUTOR ROSINHA - Relator

#### PROJETO DE LEI Nº 064/95

##### EMENDA ADITIVA

Inclua-se, após o art. 8º do projeto em epígrafe, o seguinte dispositivo:

Art. 9º - Para fazer frente as despesas decorrentes da execução da presente lei, fica o Governo do Estado do Paraná obrigado a criar no próximo orçamento, na Secretaria Estadual Especial de Política Habitacional, rubrica orçamentária específica para implementar o sistema de moradias populares, intitulado de "Casa do Produtor Rural".

Parágrafo Único - No exercício financeiro de 1996, ano base 95, as despesas de que trata este artigo serão cobertas pela abertura de crédito adicional especial, utilizando-se um dos recursos previstos do § 1º do art. 41 da Lei 4.320/64.

Art. 10 - O Governo do Estado regulamentará a presente lei no prazo de 60 (sessenta) dias, contado da data de sua publicação.

Art. 11 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19.04.95.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DOUTOR ROSINHA - Relator

#### COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

##### PROJETO DE LEI Nº 64/95

P A R E C E R:

O projeto de lei de autoria do Deputa-

do Toti Colaço visa autorizar o Poder Executivo Estadual a construir e financiar o sistema "Casa do Produtor Rural".

Analisada a presente matéria pelas Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças, obteve parecer favorável.

No âmbito desta Comissão, apreciando o mérito da presente matéria, houve por bem apresentar Emenda Modificativa alterando a redação do caput dos artigos 1º e 2º pelas seguintes razões:

1. Ficará mais completo o sistema "Casa do Produtor Rural" se também forem contemplados os pequenos produtores que já dispõem de residências, porém necessitando de reformas ou ampliações, pois existe significativa parcela de pequenos agricultores nestas condições;

2. Em função da heterogeneidade de nosso solo, tanto em fertilidade bem como em topografia, e da diversificação da exploração agrícola, a definição dada à áreas rurais de até 20 (vinte) hectares, com abrangência estadual, pode ser adequada para uma determinada região, porém não é para outra com características diferentes. Como a própria Constituição Estadual prevê uma política agrícola diferenciada aos micro e pequenos agricultores, julgamos oportuno apresentar nova redação.

Assim sendo, esta Comissão é favorável a aprovação na forma da Emenda Modificativa, apresentada em anexo.

Sala das Comissões, em 06.06.95.

(aa) AUGUSTINHO ZUCCHI - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

#### COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

##### PROJETO DE LEI N° 64/95

##### EMENDA MODIFICATIVA

Fica alterado o "caput" dos artigos 1º e 2º do Projeto de Lei n° 64/95, que passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Estadual autorizado a construir, reformar e financiar, total ou parcialmente, através da Secretaria de Estado Especial da Política Habitacional, moradias populares, destinadas ao pequeno produtor rural, pelo sistema denominado "Casa do Produtor Rural", no âmbito do Estado do Paraná.

Art. 2º - O sistema denominado de Casa do Produtor Rural, somente será oferecido aos denominados micro e pequenos produtores, na forma do § 1º do artigo 154 da Constituição Estadual, e artigo 4º da Lei n° 9917, a proprietários e assentados em assentamentos oficializados pelo Governo Federal, Estadual ou Municipal, no território paranaense.

#### JUSTIFICATIVAS APRESENTADAS:

1. Quem conhece a realidade no campo sabe que significativa parcela de pequenos

agricultores já dispõe de residências, necessitando porém de reformas ou pequenas ampliações e caso não seja estendido o programa também para reformas, esses produtores não serão contemplados.

2. Em função da heterogeneidade de nosso solo, tanto em fertilidade bem como em topografia, e da diversificação da exploração agrícola, a definição dada à áreas rurais de até 20 (vinte) hectares, com abrangência estadual, pode ser adequada para uma determinada região, porém não é para outra com características diferentes.

Como a própria Constituição Estadual prevê uma política diferenciada a micro e pequenos agricultores, e a Lei 9917 de 31/03/92 define o que vem a ser micro e pequenos agricultores, julgamos oportuno mudar a redação.

Sala das Sessões, em 06.06.95.

(aa) AUGUSTINHO ZUCCHI - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

Apoiamento: Irineu Colombo e Nereu Alves de Moura.

#### COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI N° 064/95

#### P A R E C E R:

O presente projeto de lei, cuja autoria é do Deputado Toti Colaço, que visa autorizar o Poder Executivo Estadual a construir e financiar o Sistema "Casa do Produtor Rural", sem dúvida merece nosso parecer favorável, haja vista, ter como objetivo maior, fixar o trabalhador rural no campo.

Muito embora o Projeto de Lei 064/95, objetive amenizar a problemática social gerada pela evasão do homem do campo para os grandes centros, há que se moldar aos textos legais para que seja possível sua viabilização.

Em face do exposto, emitimos parecer favorável à aprovação do presente projeto, nos termos da Emenda Aditiva da Comissão de Finanças.

Sala das Comissões, em 21.06.95.

(aa) GERALDO CARTÁRIO - Presidente

MILTON PUPPIO - Relator

Apoiamento: José Maria Ferreira, Reny Bor-satto e Péricles Mello.

#### ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 072/95, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, que institui nas escolas estaduais de 1º e 2º graus a língua espanhola, como disciplina obrigatória. PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.E.C.E.. SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 23, de 23.03.95).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N° 072/95

**P A R E C E R:**

O projeto de lei em questão, institui nas escolas estaduais de 1º e 2º graus, a língua espanhola como disciplina obrigatória.

A intenção do autor é das mais nobres, por ser o Estado do Paraná a porta de entrada do MERCOSUL e o relacionamento dos países do Cone Sul, exigirá um intercâmbio cultural que culminará com a necessidade de entendimento da língua dos países que o interligam.

Desta forma, não recebendo respaldo constitucional, esta relatoria apresenta sob forma de Emenda Substitutiva Geral, tornando o projeto de lei em autorizatório, para que o Governador estadual possa acolher como forma de sugestão a iniciativa do nobre Parlamentar.

Assim, não havendo óbices para sua tramitação, na forma do Substitutivo Geral, recebe desta relatoria da Comissão de Constituição e Justiça o parecer favorável.

Sala das Comissões, em 25.04.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

TOTI COLAÇO - Relator

Apoio: Carlos Simões, Eduardo Trevisan, Nelson Justus, Luiz Cláudio Romaneli, Toti Colaço, Beto Richa, Walmor Trentini e 01 ilegível.

**PROJETO DE LEI N° 72/95**

**EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DE COMISSÃO**

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a instituir nas escolas de 1º e 2º graus da Rede Estadual de Ensino a Língua Espanhola, como disciplina obrigatória.

Art. 2º - a Língua Espanhola deverá ser implantada nas escolas da Rede Estadual de Ensino, através de data estabelecida pelo Poder Executivo.

Parágrafo Único - O Poder Executivo fará a capacitação do corpo docente que ministrará a disciplina, através da Secretaria de Educação do Estado.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 11.04.95.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente

TOTI COLAÇO - Relator

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES**

**PROJETO DE LEI N° 72/95**

**EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL**

**P A R E C E R:**

O Projeto de lei de autoria do Deputado José Maria Ferreira, tem por objetivo instituir nas Escolas Estaduais de 1º e 2º Graus, a Língua Espanhola, como disciplina obrigatória.

A Lei n° 5.692/71 que tornou obrigatório o ensino de língua estrangeira na grade curricular, não especifica qual seja esta língua.

A redação primitiva do projeto de lei foi alterada pela **emenda substitutiva geral que tornou o Projeto de Lei em autorizatório.**

A Constituição Federal autoriza o Estado legislar concorrentemente sobre o tema (art. 24, IX). Igualmente a Constituição Estadual (Art. 13, IX).

Analizando a proposição sob os aspectos legal, constitucional e regimental, esta Comissão não encontrou óbice à sua tramitação nesta Casa de Leis, preenche ela os requisitos exigidos.

Nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29.05.95.

(aa) PÉRICLES MELLO - Presidente

WALMOR TRENTINI - Relator

Apoio: Renato Adur, Irondi Pugliesi e Basílio Zanusso.

**ITEM 07**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 154/95, de autoria do Deputado Nereu Moura, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor Assis Gurgacz. **PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 45, de 08.05.95).**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**  
**PROJETO DE LEI N° 154/95**

**P A R E C E R:**

O Projeto de Lei, de autoria do Deputado Nereu Moura, tem por objetivo conceder o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor Assis Gurgacz.

A Lei n° 5.638, de 13 de setembro de 1967, assim se manifesta:

"Art. 1º - São condições essenciais para a concessão de título de benemerência ou cidadania honorária paranaense:

I - desempenho com denodo de função pública;

II - contribuição científica, cultural, artística ou literária;

III - ação em favor de obras de relevante valor social; e

IV - participação ativa na defesa dos postulados democráticos e instituições brasileiras."

Analizando a proposição sob os aspectos legal, constitucional e regimental, esta Comissão não encontrou óbice à sua tramitação nesta Casa de Leis: preenche ela os requisitos exigidos na legislação.

Nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 21.06.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

WALMOR TRENTINI - Relator

ITEM 08

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 244/95, de autoria do Deputado Ricardo Chab, que declara de Utilidade Pública o Grupo Irmã Sheilla, com sede e foro no Município de Paranavaí, Estado do Paraná. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 75, de 22.06.95)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 244/95

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Ricardo Chab, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Grupo Irmã Sheilla, em Paranavaí-PR.

Ao analisar a proposição sob os aspectos legal, constitucional e regimental, esta Comissão não encontrou nada que possa obstar a sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08.08.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
TOTI COLAÇO - Relator

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, Requerimentos n°s 2104 e 2123, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 2105 e 2107, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 2109 a 2119, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Di-

retoria Legislativa.

Requerimento n° 2120, de autoria do Sr. Deputado Walmor Trentini, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2121, de autoria do Sr. Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2122, de autoria do Sr. Deputado Reny Borsatto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 2124 a 2130, de autoria do Sr. Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2131, de autoria do Sr. Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2097, de autoria do Sr. Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 10, às dez horas com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 158/95.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 017, 033, 064, 072, 154 e 244/95.

Levanta-se a sessão.